



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. Conforme artigo 85 do Regimento Interno da Câmara, a Ata será lavrada com a sinopse dos trabalhos, ressaltando que as gravações das reuniões são disponibilizadas no Canal Oficial da Câmara no Youtube, permitindo a qualquer interessado recuperar o conteúdo na íntegra. No dia onze de março de dois mil e vinte e cinco, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Thiago Felipe de Almeida – Presidente, Joselino Santana Dias – Vice-Presidente e Cláudio José de Deus – Secretário. Atendendo solicitação do Senhor Presidente, o Senhor Secretário realizou a chamada dos vereadores presentes. Constatou-se a existência de número legal, verificando-se a presença dos vereadores: Abner Henrique Santana Soares, Adilson Moraes Braga, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Cláudio José de Deus, Danúbio de Souza Machado, Gliverson Júnio Dias Marques, Mael, Joselino Santana Dias, Nilton da Cruz Oliveira, Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro, Silvânio Aguiar Silva, Thiago Felipe de Almeida, Viviane Gomes de Matos, Wesley de Jesus Silva. Sob a proteção de Deus e em nome do povo novalimense, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia dezoito de fevereiro de dois mil e vinte e cinco foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata por quatorze votos. O Senhor Secretário proferiu leitura da correspondência recebida do vereador Anísio Clemente Filho: Nova Lima, 11



de março de 2025. À Mesa Diretora. Justifica ausência na reunião ordinária realizada no dia 11/03/2025 por questões pessoais. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Decreto Legislativo nº 467/2025, autoria do vereador Danúbio de Souza Machado, que “Concede o Título de Cidadã Honorária à Doutora Karina Resende Oliveira Vorcaro”. Encaminhado à Comissão Especial nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Joselino Santana Dias – Presidente, Viviane Gomes de Matos – Vice, e Anísio Clemente Filho – Relator, para emissão de parecer. 2) Projeto de Lei nº 2.494/2025, autoria do vereador Danúbio de Souza Machado, que “Dispõe sobre a instituição do Festival Anual de Gastronomia de Nova Lima e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 3) Projeto de Lei nº 2.495/2025, autoria do vereador Adilson Moraes Braga, que “Institui no Município de Nova Lima o Programa de Vacinação Domiciliar para pessoas com transtorno do espectro autista, transtornos mentais, ostomia, e doenças ou comorbidades que incapacitem ou dificultem a locomoção, e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O vereador Adilson Moraes Braga discorreu sobre a relevância do projeto. Com a permissão do vereador Adilson, os vereadores Gliverson Júnio Dias Marques e Mael assinaram o projeto. 4) Projeto de Lei nº 2.496/2025, autoria da vereadora Viviane Gomes de Matos, que “Altera a Lei nº 3.090, de 26 de dezembro de 2023, que dispõe sobre programa municipal de produção habitacional de interesse social, institui isenção de tributos para operações vinculadas ao programa municipal de produção



habitacional de interesse social e dá outras providências”. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação da vereadora Viviane Gomes de Matos, aprovou por quatorze votos a confecção de parecer conjunto. O Senhor Presidente encaminhou o Projeto de Lei nº 2.496/2025 às comissões: Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. 5) Projeto de Lei nº 2.497/2025, autoria da vereadora Viviane Gomes de Matos, que “Altera os artigos 2º e 4º da Lei nº 3.052, de 09 de outubro de 2023, que “Dispõe sobre a criação do Programa Tendas Violetas no âmbito do município de Nova Lima”. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação da vereadora Viviane Gomes de Matos, aprovou por quatorze votos a confecção de parecer conjunto. O Senhor Presidente encaminhou o Projeto de Lei nº 2.497/2025 às comissões: Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. 6) Projeto de Lei nº 2.498/2025, autoria do Poder Executivo, que “Dá denominação ao imóvel público que menciona, além de outras providências” – Escola Municipal Solange da Silva Rodrigues Leite. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro, aprovou por quatorze votos a confecção de parecer conjunto. O Senhor Presidente encaminhou o Projeto de Lei nº 2.498/2025 às comissões: Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. 7) Projeto de Lei nº 2.499/2025, autoria do Poder Executivo, que “Dá denominação ao imóvel público que menciona, além de outras providências” – Escola Municipal Mariléa Dieguez Protzner Peixoto. O Plenário, consultado pelo Senhor



Presidente, conforme solicitação da vereadora Viviane Gomes de Matos, aprovou por quatorze votos a confecção de parecer conjunto. O Senhor Presidente encaminhou o Projeto de Lei nº 2.499/2025 às comissões: Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. 8) Projeto de Lei nº 2.500/2025, autoria dos vereadores Abner Henrique Santana Soares e Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro, que “Autoriza o Município de Nova Lima a conceder Bolsas de Estudo de nível superior e cria o Programa Municipal Faculdade para Todos e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Os autores falaram sobre a construção e a importância da proposição. 9) Projeto de Lei nº 2.501/2025, autoria do vereador Joselino Santana Dias, que “Inclui a Feirinha das Cabeceiras no Calendário Oficial do Município de Nova Lima”. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Joselino Santana Dias, aprovou por quatorze votos a confecção de parecer conjunto. O Senhor Presidente encaminhou o Projeto de Lei nº 2.501/2025 às comissões: Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Participação Popular referente ao Projeto de Lei nº 2.483/2025, autoria do vereador Joselino Santana Dias, que “Institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Nova Lima o ‘Seminário Anual da Comunidade Surda’”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Joselino Santana Dias, aprovou por quatorze votos a dispensa de interstícios para a



votação do projeto na presente reunião. 2) Parecer da Comissão de Participação Popular ao referente ao Projeto de Lei nº 2.485/2025, autoria dos vereadores Cláudio José de Deus e Anísio Clemente Filho, que “Dá denominação à praça que menciona, além de outras providências” – Praça Edson Jesus da Consolação da Silva (Bidão). A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Cláudio José de Deus, aprovou por quatorze votos a dispensa de interstícios para a votação do projeto na presente reunião. 3) Parecer da Comissão de Participação Popular referente ao Projeto de Lei nº 2.486/2025, autoria do vereador Anísio Clemente Filho, que “Dispõe sobre o reconhecimento do prato ‘Angu à Baiana’ como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. 4) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Desenvolvimento Econômico referente ao Projeto de Lei nº 2.489/2025, autoria do vereador Abner Henrique Santana Soares, que “Institucionaliza o Programa Municipal de Incentivo, Apoio e Fomento ao Empreendedorismo Feminino – Elas no Comando, e dá outras providências”. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. 5) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 2.491/2025, autoria do vereador Mael, que “Institui a criação da Carteirinha de Atleta Municipal, destinada aos atletas e paratletas de Nova Lima, e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de



Direitos Humanos. 6) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 2.493/2025, autoria do vereador Nilton da Cruz Oliveira, que “Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Apoio e Capacitação para Mulheres em situação de vulnerabilidade, no município de Nova Lima, e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O vereador Nilton da Cruz Oliveira solicitou a dispensa de pareceres e interstícios para a votação do projeto na presente reunião. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo sugeriu que a votação da proposição fosse feita na próxima reunião para terem ciência da emenda proposta no parecer da Comissão de Legislação e Justiça. O Senhor Presidente propôs a dispensa somente de pareceres, o vereador Nilton concordou, o Plenário aprovou por quatorze votos. 7) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 466/2025, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Concede o Título Excelência em Saúde Dr. Élcio de Souza à Dra. Marlise Vidon Alvarenga e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 2.480/2025, autoria do Poder Executivo, que “Revoga a Lei que menciona e dá outras providências” – Lei Municipal 2.854/2021. Em discussão, o vereador Wesley de Jesus Silva registrou voto contrário ao projeto. Em segunda e última votação, aprovado por onze votos favoráveis, três votos contrários (vereadores Wesley, Álvaro e Viviane), e encaminhado à sanção. O vereador Silvânio Aguiar Silva solicitou ao Senhor Presidente que consultasse o Plenário para dispensar o interstício a fim de que fossem realizadas as duas



votações do Projeto de Lei nº 2.481/2025. O vereador Adilson Moraes Braga solicitou adiamento da votação do Projeto de Lei nº 2.481/2025. O Senhor Presidente esclareceu ao vereador Adilson que o projeto estava sendo apreciado em regime de urgência, portanto não caberia o pedido de adiamento de votação. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, rejeitou a dispensa do interstício proposta pelo vereador Silvânio.

2) Projeto de Lei nº 2.481/2025, autoria Poder Executivo, que “Revoga as Leis que menciona e dá outras providências” – Leis Municipais: 2.852/2021, 2.863/2021, 2.989/2023 e 2.917/2022. O Senhor Secretário proferiu leitura da emenda supressiva do vereador Wesley de Jesus Silva: “Suprime-se o inciso II do artigo 1º do Projeto de Lei nº 2.481/2025, de autoria Poder Executivo”. O vereador Silvânio Aguiar Silva orientou a base do governo a votar contra a emenda do vereador Wesley. O vereador Wesley de Jesus Silva esclareceu que sua emenda visa retirar do projeto a revogação de uma lei específica, apresentada na legislatura passada pelo vereador Danúbio, que garante aos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) o direito ao acompanhamento em sala de aula por profissionais de apoio capacitados em Análise do Comportamento Aplicado (ABA), mediante comprovação médica da necessidade. Defendeu a manutenção da lei, destacando que diversas crianças já conseguiram garantir esse direito por meio de decisões judiciais, em função da falta de oferta adequada por parte do poder público. Falou que, com a derrubada da lei, os direitos conquistados por essas crianças seriam comprometidos. Reforçou que a legislação vigente não é inconstitucional e tem sido um mecanismo essencial para assegurar o suporte especializado necessário. Reconheceu os



avanços obtidos nos últimos anos no atendimento aos alunos atípicos, mencionando especificamente as gestões anteriores, incluindo o período em que a vereadora Viviane e o vereador Pedro atuaram como secretários de educação. Criticou a atuação do atual secretário, afirmando que sua postura representa um retrocesso ao desconsiderar os avanços conquistados. Relembrou a decisão anterior da Secretaria de Educação de substituir professores formados em pedagogia ou áreas afins por monitores, o que impactou negativamente a qualidade do atendimento educacional especializado. Expressou preocupação com a possível retirada do direito dos alunos com TEA ao acompanhamento de profissionais capacitados em ABA, destacando que a justificativa econômica apresentada pelo secretário não deve prevalecer sobre os direitos das crianças. Reforçou que a análise da proposta deve considerar seu impacto social, e não apenas questões financeiras. Sugeriu, já que existe erro de formalidade segundo o Ministério Público, que o Executivo encaminhe à Câmara um projeto de lei sem comprometer os direitos estabelecidos pela legislação atual. Solicitando aos vereadores que avaliem a situação com sensibilidade e responsabilidade, priorizando o bem-estar das crianças com TEA e a continuidade do suporte educacional especializado. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo pediu desculpa ao líder de governo, afirmando que não poderia votar contra uma lei de sua própria autoria. Propôs uma emenda a fim de suprimir o inciso quarto do artigo 1º do Projeto de Lei nº 2.481/2025, referente à Lei do SUS Animal, criada por ele e atualmente em risco de revogação. Mencionou a recomendação do Ministério Público, que orientou a Prefeitura de Nova Lima a adotar as medidas necessárias para a



adequação constitucional da legislação municipal. Sugeriu que a adequação poderia ser feita com a inclusão de um dispositivo autorizando o Poder Executivo a abrir crédito especial para garantir a execução da norma, procedimento comum em projetos aprovados pela Casa. Defendeu que a Prefeitura não revogue a legislação em vigor, mas encaminhe uma nova proposta que corrija os vícios apontados, sem comprometer as políticas públicas já implementadas. Apelou ao Poder Executivo para reconsiderar a revogação e adotar uma abordagem mais construtiva, encaminhando um novo projeto que mantenha os direitos garantidos pela legislação atual. Reafirmou sua intenção de votar a favor das emendas apresentadas e, caso elas não sejam aprovadas, declarou que votaria contra o projeto como um todo. O vereador Silvânio Aguiar Silva expressou concordância com a preocupação levantada pelo vereador Wesley quanto à possível retirada de direitos decorrentes da revogação de leis, esclareceu que o governo não pretende eliminar os direitos da população e garantiu que novos projetos serão enviados para manter as garantias existentes. Destacou que a decisão de revogar a legislação vigente foi resultado de um acordo firmado entre a Presidência da Câmara, o Ministério Público e o governo municipal. Reconheceu que, em um primeiro momento, a revogação pode parecer uma supressão de direitos, mas reafirmou a intenção do Executivo de reenviar uma nova proposta para assegurar a continuidade das políticas públicas. Enfatizou a participação ativa da Casa no processo de negociação, mencionando a presença do procurador jurídico durante as tratativas com o Ministério Público, o que confere legitimidade ao acordo e reforça a confiança de que um novo projeto de lei será elaborado e encaminhado



oportunamente. Solicitou ao Senhor Presidente que se envolvesse diretamente na defesa desse compromisso, destacando seu papel como representante dos vereadores no processo de negociação. Reiterou sua convicção de que o governo cumprirá a promessa de enviar uma nova proposta, preservando os direitos estabelecidos pelas legislações em vigor. O vereador Wesley de Jesus Silva reforçou sua preocupação com a possível revogação da lei que assegura o acompanhamento especializado a alunos com espectro autista. Destacou que diversas famílias obtiveram liminares judiciais com base nessa legislação para garantir esse direito, e a revogação poderia resultar na perda dessas conquistas. Argumentou que, mesmo que a revogação atinja um número reduzido de pessoas, o impacto seria significativo, especialmente para crianças e suas famílias. Para ele, a revogação representa um risco desnecessário para os direitos dessas crianças, que já enfrentam desafios diários. Enfatizou a luta das mães atípicas, que batalham constantemente para assegurar o acesso dos filhos a serviços e direitos fundamentais, os quais, segundo ele, deveriam estar garantidos pela Constituição Federal de 1988. Apelou para a sensibilidade dos colegas parlamentares, destacando a importância de priorizar a proteção dessas famílias e garantir a continuidade dos direitos já conquistados. O Senhor Presidente informou que a Procuradoria foi acionada para verificar a participação da Casa no processo e confirmou que as orientações partiram diretamente do Ministério Público; esclareceu que a Câmara não participou inicialmente da decisão sobre as revogações propostas pelo projeto de lei. Ressaltou que essa é uma prática comum em situações semelhantes, em que o MP aponta a necessidade de ajustes legais e encaminha as devidas



recomendações ao Executivo, o responsável por sancionar leis. O vereador Wesley de Jesus Silva solicitou ao Senhor Presidente que colocasse a emenda em votação. O vereador Silvânio Aguiar Silva voltou a orientar a base a votar contra as emendas. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo registrou que duas emendas foram apresentadas: a supressão do inciso segundo e, no caso dele, a supressão do inciso quarto. Os vereadores Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro, Mael, Gliverson Júnio Dias Marques e Nilton da Cruz Oliveira justificaram voto contrário às emendas. A vereadora Viviane Gomes de Matos manifestou sua preocupação em relação à revogação de leis de autoria dos vereadores, destacando a importância dessas legislações para atender às expectativas dos parlamentares e da sociedade. Parabenizou o vereador Álvaro por sua fala e criticou o fato de o Executivo não ter apresentado um substitutivo em tempo hábil para atender às orientações do Ministério Público. Mencionou especificamente a revogação da lei “Morando com Dignidade”, de sua autoria, a qual considerou um avanço significativo para a segurança e o bem-estar das mulheres, proporcionando assistência técnica e distribuição de material de construção para adaptações em moradias, inclusive para filhos com necessidades especiais. Relatou que, ontem, teve uma reunião na Casa, com a presença do presidente, onde as mulheres enfatizaram os avanços sociais alcançados nos últimos quatro anos, especialmente com a implementação dessa lei. Expressou sua frustração ao ser questionada sobre o retorno da legislação, ressaltando a pressão da sociedade em relação às ações dos parlamentares. Afirmou que a revogação de leis afeta diretamente as expectativas da população e fez um apelo para que os



vereadores reflitam sobre o impacto dessas decisões. Justificando seu voto contrário, reforçou a necessidade de preservar as conquistas legislativas que beneficiam a sociedade.

O Senhor Presidente, após consultar o Plenário, anunciou que as emendas dos vereadores Wesley e Álvaro foram aprovadas por sete votos favoráveis e seis contrários. Em primeira votação, com as emendas, o Projeto de Lei nº 2.481/2025 foi aprovado por onze votos favoráveis e dois votos contrários dos vereadores Wesley de Jesus Silva e Viviane Gomes de Matos. Conforme deliberação do Plenário, o Senhor Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.483/2025, autoria do vereador Joselino Santana Dias, que “Institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Nova Lima o ‘Seminário Anual da Comunidade Surda’”. Nenhum vereador se manifestou na discussão. Em primeira votação, aprovado por treze votos. Nenhum vereador se manifestou na segunda discussão. Em segunda e última votação, aprovado por treze votos e encaminhado à sanção.

Conforme deliberação do Plenário, o Senhor Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.485/2025, autoria dos vereadores Cláudio José de Deus e Anísio Clemente Filho, que “Dá denominação à praça que menciona, além de outras providências” – Praça Edson Jesus da Consolação da Silva (Bidão). Nenhum vereador se manifestou na discussão. Em primeira e única votação, aprovado por treze votos e encaminhado à sanção. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos:

- 1) Autoria do vereador Nilton da Cruz Oliveira: Requer ao Prefeito Municipal, com o intuito de atender à demanda da população do Bairro Balneário Água Limpa, a instalação de pontos de ônibus cobertos na linha de transporte coletivo regular e, principalmente,



para atender às crianças que utilizam a linha de transporte escolar. O vereador Nilton da Cruz Oliveira discutiu o requerimento. Aprovado por doze votos. 2) Autoria do vereador Nilton da Cruz Oliveira: Requer ao Prefeito Municipal, a fim de atender demanda da população do Bairro Balneário Água Limpa, ações emergenciais para a mitigação dos efeitos do período de seca que vem comprometendo a qualidade de vida da população e agravando problemas de saúde pública. O vereador Nilton da Cruz Oliveira discutiu o requerimento. Aprovado por treze votos. 3) Autoria do vereador Gliverson Júnio Dias Marques: Requer ao Prefeito Municipal a adoção de medidas urgentes para a fiscalização efetiva, contínua e eficaz no que concerne ao tratamento de esgoto sanitário no Bairro Ipê, além de outras providências. Os vereadores Gliverson Júnio Dias Marques, Wesley de Jesus Silva e Danúbio de Souza Machado discutiram o requerimento. Com a permissão do vereador Gliverson, os vereadores Wesley e Danúbio assinaram o requerimento. Aprovado por treze votos. 4) Autoria do vereador Mael: Requer ao Prefeito Municipal a reforma da quadra poliesportiva do Bairro Santa Rita, com destinação de recursos para sua revitalização. Os vereadores Abner Henrique Santana Soares, Danúbio de Souza Machado e Cláudio José de Deus discutiram o requerimento e, com a permissão do vereador Mael, assinaram-no. Aprovado por treze votos. 5) Autoria do vereador Abner Henrique Santana Soares: Requer ao Poder Executivo Municipal, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a ampliação do Programa Municipal Nova Língua, por meio do aumento da oferta de bolsas de línguas estrangeiras. Aprovado por treze votos. 6) Autoria do vereador Adilson Moraes Braga: Requer ao Poder Executivo



que seja realizada revitalização da pintura, a troca da placa e a extensão do toldo de proteção da UBS do Bairro Cruzeiro. Com a permissão do vereador Adilson, o vereador Danúbio de Souza Machado assinou o requerimento. Comentou sobre a situação da Unidade Básica de Saúde (UBS) Cruzeiro, destacando que tem acompanhado de perto a realidade local e realizado visitas frequentes ao local nos últimos anos. Relembrou tentativas anteriores de encontrar um imóvel na região com o objetivo de ampliar o posto de saúde, mas sem sucesso. Mencionou que foi pautado projeto de lei que homenageia Dona Solange, atribuindo seu nome à nova escola que será construída na área. Complementou o requerimento, sugerindo que, após a inauguração da nova escola, o atual prédio escolar seja avaliado para ser transformado em uma nova sede para a UBS Cruzeiro. Recomendou que a Prefeitura realize um estudo técnico sobre essa possibilidade, ressaltando que a adaptação do espaço poderia proporcionar um atendimento mais digno e adequado para a população da região. Aprovado por treze votos.

7) Autoria do vereador Adilson Moraes Braga: Requer ao Poder Executivo que determine à secretaria competente que interceda junto às concessionárias de energia elétrica e de fornecimento de água, para que seja realizada a extensão de rede elétrica na Rua Flor de Jasmim, entres os números 214 e 230, no Bairro Campo do Pires. E a extensão da rede de água potável para toda a região do Alto Campo do Pires, cuja inexistência prejudica sobremaneira a população. Aprovado por treze votos.

8) Autoria da vereadora Viviane Gomes de Matos: Indicação. Indica ao Poder Executivo, pela Secretaria de Habitação, a criação do Programa “Morando com Dignidade”, destinado a atender



famílias de baixa renda do município de Nova Lima, com a oferta de recursos para a realização de pequenas reformas em residências. A vereadora Viviane Gomes de Matos discutiu o requerimento. Aprovado por treze votos. 9) Autoria da vereadora Viviane Gomes de Matos: Indicação. Indica ao Poder Executivo, pela Secretaria de Segurança e Mobilidade Urbana, a tomada de providências para a realização de formação específica contínua para a Guarda Municipal, para atendimento e abordagem institucional humanizado a mulheres em situação de risco e violência durante a realização de eventos e fora deles. Os vereadores Viviane Gomes de Matos, Wesley de Jesus Silva, Danúbio de Souza Machado e Viviane Gomes de Matos discutiram o requerimento. Com a permissão da vereadora Viviane, os vereadores Danúbio e Nilton assinaram o requerimento. Aprovado por treze votos. 10) Autoria do vereador Cláudio José de Deus: Requer ao Prefeito Municipal a execução de obras de drenagem pluvial com a construção de bocas de lobo para captação e escoamento adequado das águas de chuva na Rua Eugênia Clarck, nº 602, no Bairro Cascalho. O vereador Cláudio José de Deus discutiu o requerimento. Aprovado por doze votos. 11) Autoria do vereador Cláudio José de Deus: Requer ao Prefeito Municipal a construção de uma escada na Rua Rio Guaporé, nº 30, no Bairro Nossa Senhora de Fátima, a fim de restabelecer o acesso entre as ruas Eduardo Aimoré Jones e Rio Guaporé. O vereador Cláudio José de Deus discutiu o requerimento. Aprovado por treze votos. 12) Autoria do vereador Wesley de Jesus Silva: Requer ao Senhor Presidente, visando esclarecer possíveis irregularidades e auxiliar nas investigações dos órgãos competentes, a convocação do Secretário de Obras, Marcelo



Henrique, para prestar esclarecimentos em sessão plenária extraordinária desta Casa, no prazo não inferior a 15 dias. Requer ainda que o secretário disponibilize, com antecedência mínima de cinco dias, cópias dos contratos e aditivos referentes às obras da MG-030, planilhas de medições, ordens de pagamento, bem como contrato, medições e ordens de pagamento realizados especificamente com a empresa Construtora e Dragagem Paraopeba Ltda. Os vereadores Wesley de Jesus Silva e Abner Henrique Santana Soares discutiram o requerimento. Aprovado por treze votos. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, concordou em estender a reunião por mais quinze minutos. O vereador Silvânio Aguiar Silva propôs requerimento, solicitando ao Chefe do Executivo Municipal, por meio da Secretaria de Saúde, disponibilize para a Escola Municipal Vicente Estêvão dos Santos, o espaço físico que será desmobilizado tão logo aconteça a inauguração e transferência da nova Unidade Básica de Saúde da região. Justificou o requerimento. Aprovado por treze votos. O vereador Silvânio Aguiar Silva propôs requerimento, solicitando ao Poder Executivo Municipal análise e, se possível, realize a implementação da readequação da carga horária dos Técnicos de Farmácia do município para trinta horas semanais. Justificou o requerimento. Aprovado por treze votos. O vereador Gliverson Júnio Dias Marques propôs requerimento, solicitando ao Prefeito Municipal que providencie a construção de um passeio público na Rua Enfermeiro José Caldeira (lado direito, sentido bairro), entre os números 1.444 e 1.639, no Bairro Boa Vista. Justificou o requerimento. Aprovado por treze votos. O vereador Gliverson Júnio Dias Marques propôs requerimento, solicitando ao Prefeito Municipal que providencie,



com a devida celeridade, uma capina em toda extensão da Rua Augusto Bernardino, que vai do início do Bairro Mingu até o Bairro Mina D'água. Justificou o requerimento. Aprovado por treze votos. O vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro manifestou apoio aos atletas nova-limenses de esportes especializados e destacou a histórica concentração de recursos da Secretaria de Esporte e Lazer no futebol. Afirmou que, nos últimos anos, houve avanços na diversificação das modalidades esportivas, contemplando atletismo, lutas, artes marciais, handebol, vôlei, basquete, handebol e futsal. Informou que, recentemente, atletas das seleções municipais dessas modalidades lhe relataram preocupação com a extinção das seleções municipais permanentes e, após diálogo com o secretário de esporte, foi discutida a possibilidade de retomada das seleções. Propôs requerimento, solicitando a continuidade das seleções municipais nos naipes masculino e feminino, bem como a inclusão dos atletas dessas seleções no próximo programa Bolsa Atleta, conforme previsto em lei, mas não contemplado na edição anterior. Aprovado por treze votos. O vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro propôs o envio de uma moção de aplausos às Escolas de Samba União do Morro e Unidos do Rosário, em reconhecimento ao belíssimo espetáculo proporcionado à população de Nova Lima durante a segunda-feira de Carnaval. Destacou a relevância dessas instituições tradicionais na preservação da memória e cultura local, além de sua significativa contribuição para a promoção de um Carnaval autêntico e culturalmente enriquecedor. Fez menção especial aos presidentes das escolas, Kaíque, da União do Morro, e Breno, da Unidos do Rosário, bem como aos carnavalescos Alexandre Gurgel e



Walter Madona. Ressaltou o impacto social positivo das escolas de samba em suas comunidades, destacando a importância dessas instituições como agentes de inclusão e promoção cultural. Expressou sua satisfação por fazer parte desse contexto e reforçou a valorização das escolas como um patrimônio cultural de Nova Lima. A moção foi aprovada por treze votos, em nome da Casa, conforme sugestão do autor. O vereador Danúbio de Souza Machado destacou a celebração dos 25 anos da Associação Geral Alphaville (AG) na próxima semana, ressaltando a relevância da instituição para o município de Nova Lima e seu impacto positivo na região. Mencionou que a AG foi idealizada em 1998, antes do lançamento oficial do empreendimento em 2000, e que, desde então, tem desempenhado um papel essencial na promoção do desenvolvimento comunitário, visando a integração e a melhoria da qualidade de vida local. Enfatizou a parceria entre a AG e a Prefeitura de Nova Lima, destacando a colaboração na aprovação de projetos fundamentais para a região, o que tornou o Alphaville uma referência nacional em organização urbana. Salientou o crescimento expressivo da área, que hoje conta com escolas, fundações e igrejas, atribuindo esse progresso ao trabalho contínuo da AG em conjunto com os condomínios locais. Parabenizou a associação em nome de sua presidente, Janaína, e propôs uma moção de aplausos em reconhecimento aos serviços prestados pela AG ao longo de seus 25 anos de atuação. Aprovado por treze votos. O vereador Danúbio de Souza Machado destacou a importância de oferecer um atendimento psicológico adequado aos agentes da Guarda Civil Municipal, sugerindo a ampliação desse suporte também para os Policiais Militares que atuam em Nova Lima. Reconheceu



a complexidade e o estresse inerentes ao trabalho dos profissionais de segurança pública, ressaltando que, embora a Polícia Militar conte com um serviço de saúde de excelência, a Guarda Municipal ainda necessita de maior suporte nesse aspecto. Enfatizou que a saúde mental dos agentes é essencial para que possam desempenhar suas funções com equilíbrio e segurança, e que a implementação do acompanhamento psicológico contribuiria para a redução do nível de estresse entre os agentes, refletindo diretamente na qualidade da segurança pública municipal. Propôs requerimento, solicitando ao Poder Executivo que ofereça acompanhamento psicológico aos agentes da Guarda Civil Municipal, visando manter maior qualidade na segurança pública no município Nova Lima. Aprovado por treze votos. O vereador Abner Henrique Santana Soares propôs requerimento, solicitando, a pedido do Cruzeiro Futebol Clube de Honório Bicalho, a troca dos refletores, iluminação da pista de corrida, poda do gramado dos campos, calçamento, de preferência asfalto, da área interna e externa, muro da área externa do estacionamento, em toda a extensão do campo do Cruzeiro. Com a permissão do vereador Abner, o vereador Mael assinou o requerimento. Aprovado por treze votos. O vereador Abner Henrique Santana Soares propôs requerimento, solicitando ao Senhor Presidente que encaminhe uma moção de aplausos para toda a equipe da Subsecretaria de Manutenção Urbana, da Secretaria de Obras da Prefeitura, a equipe de limpeza, em nome do Subsecretário Rodolfo Gomes, por mais uma vez executar um trabalho de altíssima excelência na limpeza durante o período do Carnaval. Os vereadores Silvânio Aguiar Silva, Danúbio de Souza Machado discutiram o requerimento. Com a permissão do



vereador Abner, os vereadores Silvânio Aguiar Silva e Danúbio de Souza Machado assinaram-no. Aprovado por treze votos. O vereador Wesley de Jesus Silva propôs requerimento, solicitando ao Senhor Presidente que encaminhe moção de aplausos à senhora Hilda Eleutério Horta, residente no Bairro Matadouro, que completou 102 anos em 20 de fevereiro, e ao senhor Geraldo Alves, morador do Centro, que completou 103 anos. Informou que a senhora Hilda é mãe de Cleber Horta, funcionário da Casa, e o senhor Geraldo é pai de Chiquinho da Farmácia. Destacou a trajetória de vida e a contribuição dos homenageados para Nova Lima. Aprovado por treze votos, em nome da Casa, conforme proposto pelo autor. O vereador Mael propôs uma moção de aplausos ao Bloco Na Contramão e sua diretoria, destacando a atuação do bloco durante o Carnaval. Ressaltou que, sob a liderança do presidente Téo Garzon, o bloco adotou como bandeira a inclusão de pessoas autistas, bem como a conscientização sobre doenças raras, ocultas e não ocultas. Além da relevante temática social, ressaltou o compromisso contínuo do Bloco Na Contramão com ações solidárias, como a arrecadação de alimentos não perecíveis, prática que vem sendo realizada há quatorze anos. Destacou a pertinência da escolha do tema, considerando as importantes pautas sobre inclusão que têm sido debatidas na Casa. Aprovado por treze votos, em nome da Casa, conforme proposto pelo autor. O Senhor Presidente informou que não havia apresentação de oradores inscritos. Agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrados os trabalhos. _____